

Luana Carla Martins Campos Akinruli¹
Samuel Ayobami Akinruli²

ANTROPOCENO, ARQUEOLOGIA E MEMÓRIA SOCIAL: A PANDEMIA DE COVID-19 COMO UM EVENTO CRÍTICO

¹ Pós-doutoranda em História (UFMG), é doutora em Antropologia-Arqueologia (UFMG), mestra em História Social da Cultura (UFMG), licenciada em História (UFMG), cofundadora e coordenadora de projetos do Instituto de Inovação Social e Diversidade Cultural (INSOD), luanacampos@insod.org

² Doutorando em Ciência da Informação (UFMG)/GRIPIC/CELSA Sorbonne Université (França), mestre em Propriedade Intelectual e Inovação Tecnológica (UFMG), especialista em Geoprocessamento (UFMG), bacharel em Economia (LASU/UFMG), cofundador e pesquisador do Instituto de Inovação Social e Diversidade Cultural (INSOD), ayobami@insod.org

RESUMO

O artigo se propõe a refletir sobre a Arqueologia enquanto locus de produção do conhecimento e de memórias sociais em um contexto complexo advindo da pandemia do Corona vírus – Covid-19 e que se insere em uma temporalidade associada ao Antropoceno e a outros eventos críticos dele decorrentes. Contudo, ao contrário do que as condições de isolamento social em um primeiro instante nos advertem, especialmente sobre as dificuldades enfrentadas sobre as práticas arqueológicas – em especial para o momento da pesquisa de campo –, o isolamento traz consigo também momentos ímpares de reflexão e, fundamentalmente, de extroversão arqueológica.

PALAVRAS-CHAVE: Antropoceno. Eventos Críticos. Memória.

CONTROVÉRSIAS DE UM NOVO (A)NORMAL

Os acontecimentos experienciados pelo contexto da pandemia do COVID-19 trouxeram um universo de imprevisibilidades de todas as ordens, cujas circunstâncias similares não tinham sido assim expressas, em seu limite, nas últimas décadas, posto que em uma situação de pandemia são drásticas e ocorridas em um tempo célere. Emergem inúmeras questões, dúvidas, debates muitas vezes irresolutos e, nessa seara, a proposta deste artigo é adicionar reflexões à premissa de que a ação deve surgir das demandas do próprio contexto não prescindindo da premissa de que já vivemos uma normalidade da exceção, um status de crise permanente (Santos, 2020). Se tomarmos a dimensão da memória social da Arqueologia, entendendo esse campo científico (Bourdieu, 2004) em seus aspectos de produção, registro e divulgação do conhecimento arqueológico, a mobilização de novas estratégias de atuação durante o isolamento social e a partir dos diversos revérberos causados pela pandemia em um presente precário e um futuro incerto, cujo golpe de realidade é ainda sentido como excepcional, pode até assumir um tom de presságio.

Repercutindo tais controvérsias é necessário também inserir na arena do debate o fato de que temos presenciado ondas crescentes e que avançam progressivamente com a intensificação do discurso “nacionalista”, a extensão dos mecanismos de vigilância, a suspensão dos direitos constituídos e o desenvolvimento de formas explícitas e implícitas de censura sistemática, o que reflete experiências de vulnerabilidade de acordo com os termos de Judith Butler (2019 [2004]). Segundo a autora, são acontecimentos que levam os intelectuais a hesitar em seu compromisso público com os princípios de justiça e comprometimento com a ética profissional.

Os temas acima acionados colocam em foco questões contemporâneas e relacionadas aos modos de vida, aos valores republicanos, à manutenção (ou não) do Estado democrático de direito, à laicidade constitucional, ao direito à diferença, às interseccionalidades e violências epistêmicas, ao acesso às políticas de equidade e reparação. A partir do avanço dos governos conservadores no Brasil, que tiveram maior espaço após o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, é tácita a estratégia posta em prática por um segmento das elites dedicada à alteração das legislações e diplomas legais referentes à educação no país, com reformulações profundas das bases educacionais que direcionam para retrocessos exemplificados em questões como a criminalização das discussões na escola sobre a relação de gênero ou de sexualidade; o fim do ensino de História; os revisionismos e os negacionismos históricos; a rejeição às políticas afirmativas; a implantação do sistema de militarização nas escolas; o fomento ao ensino religioso confessional e ao proselitismo, além de posicionamentos contrários à autonomia intelectual com falseações sobre práticas dogmáticas e ideológicas dos cientistas. Talvez o ovo da serpente já tenha chocado muito antes da nossa tomada de consciência (Santos, 2018).

Na prática, isto se reflete no pensamento e nas práticas arqueológicas em um diálogo com um presente que parece um *looping* do tempo ao reverberar questões de *para quê* e *para quem* a arqueologia pode estar à serviço e, portanto, como é capaz de cancelar desigualdades e promover *alegalidades* (Gudynas, 2015, p.125-126) ou, ainda, em um panorama mais esperançoso, ser um espaço *sine qua non* de resistências e lutas cotidianas para uma guiada rumo à reconstrução da democracia no Brasil. Entre os dois caminhos, a opção é por uma ciência comprometida com a sociedade e com o tempo presente partilhando a pergunta posta por Boaventura Santos (2020, p.5): “Que potenciais conhecimentos decorrem da pandemia do corona vírus?”. E a memória tem muito a ver não somente com o passado, mas com a identidade e a própria persistência do porvir, e no contexto do Antropoceno, existem configurações específicas sobre a experiência do mundo, posto que se o passado não é mais e o futuro ainda não é, para onde vamos?¹

TEMPOS DO ANTROPOCENO

As evocações do fim do mundo, fim dos tempos, do fim das coisas e futuros catastróficos se desenham no mundo das ideias em resposta ao horizonte das realidades concretas exemplificadas pelo tempo do rompimento das barragens de rejeitos de mineração, pela expropriação de territórios de populações tradicionais para construção de usinas hidrelétricas ou para o agronegócio, pela supressão de vegetações nativas transformadas em carvão, pela extinção de espécies animais e vegetais cujos indivíduos não poderão mais existir nesse planeta, ou ainda, pela disseminação mundial da pandemia do COVID-19. Em termos da ciência, faz-se necessário entender esses contextos catastróficos para além do caos, analisar seu modo de funcionamento, de forma a não somente prevê-los, mas evitá-los (Santos, 2002; Beltrão, 2007; Valêncio, 2014).

O Antropoceno se configura pelo estabelecimento de uma civilização urbano-industrial em escala global que requer a renovação cotidiana de gigantescos fluxos de matéria e energia, com excessiva produção de lixo e de consumo dos recursos renováveis e não-renováveis do planeta. Isso nos expõe ao aumento exponencial da população no mundo, com ampliação do êxodo rural, evolução do aquecimento global, perda da biodiversidade e, portanto, crescimento abissal dos impactos ambientais.

Para alguns autores, especialmente Bruno Latour e Eduardo Viveiro de

¹ “A ideia de ‘Antropoceno’ – difundida desde o início do presente século por Paul Crutzen (Prêmio Nobel de Química, 1995) – vem se transformando no principal instrumento conceitual para o entendimento dessa mudança histórica. Em artigo publicado em 2000 no boletim da rede científica denominada ‘International Geosphere-Biosphere Programme’, em colaboração com Eugene F. Stoermer, Crutzen afirmou ser o Antropoceno uma ‘nova época geológica’ que enfatizava o historicamente recente “papel central da humanidade na geologia e na ecologia”. In: PÁDUA, José Augusto. Vivendo no Antropoceno: incertezas, riscos e oportunidades. In: OLIVEIRA, Luiz Alberto (org.). **Museu do Amanhã**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015, p.70.

Castro, essa nova era chamada de Antropoceno é marcada por uma ruptura radicalmente rápida em relação ao mundo, à vida anteriormente experimentada, que se torna cada vez mais imprevisível, incerta (Latour, 2014; Castro & Danowski, 2017). As transformações bruscas do meio ambiente levam à uma crise global, um reflexo dos descompasso dos termos da sustentabilidade, enfrentamentos da realidade com problemas inéditos, crise das democracias.² Seria quase um conflito coletivo da humanidade com o planeta, tendo os ecos das populações tradicionais há muito repetidos, mas que necessitaram recentemente ser registrados em livro para ser capaz de “falar aos brancos” (Kopenawa & Albert, 2015; Krenak, 2020).

Pode-se afirmar que no contexto do Antropoceno, os eventos críticos³ são cada vez mais comuns e rapidamente esquecidos, cujas tragédias e catástrofes são termômetros que expõem as urdiduras dessa trama na qual a memória e o patrimônio tomam outros direcionamentos pendulares: ora tendendo a uma economia da cultura bastante estratégica, ora oscilando como empecilhos ao desenvolvimento capitalista visto suas faces de preservação (das comunidades, de seus territórios, de suas histórias, de seus patrimônios). Para François Hartog (2006), as constantes e atuais redefinições das noções de memória e patrimônio refletem um novo “regime de historicidade” que o Ocidente vive após a Queda do Muro de Berlim em 1989, e que expõe nossa relação com o tempo em uma crise da ordem do presente. Isso imputa uma relação do tempo na qual o presente é onipresente, de modo que esse “presentismo” decorre em uma oscilação entre a amnésia e a vontade de nada esquecer. E isso impacta diretamente sobre os procedimentos de identificação, usufruto e salvaguarda do patrimônio, os registros de memória e a produção do conhecimento na contemporaneidade.

Para Beatriz Sarlo (2001, p.96), nunca como agora a memória foi um tema tão especularmente social, e “no se trata sólo de la memoria de crímenes cometidos por las ditaduras, donde el recuerdo social mantiene el deseo de justicia”. Segundo a autora, trata-se também da recuperação de memórias culturais, da construção de identidades perdidas ou imaginadas, da narração de versões e leituras do passado. O presente que, para ela, está ameaçado pelo desgaste da aceleração nesse tempo cada vez mais fluído, converte-se, enquanto transcorre, em matéria da memória flutuante, transitória, efêmera. Paradoxalmente, lidar com narrativas tão fluídas, perenes, marcadas pela ação do tempo e do espaço, assim é a memória e suas idiosincrasias. Entende-se, pois, que de “algum tempo para cá, é o próprio tempo” que é tomado “como dimensão da mudança” (Catro; Danowski, 2017, p.23).

² A antropóloga Donna Haraway sugeriu que Antropoceno não seria um termo adequado para dar conta das tamanhas mudanças da era em que vivemos e, em seu lugar, ela propôs o termo Cthuluceno em homenagem ao monstro apocalíptico criado pelo escritor H. P. Lovecraft. HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **Clima Com Cultura Científica**, ano 03, nº 05, p.139-146, abr.2016.

³ Segundo Veena Das, os eventos críticos podem ser considerados como momentos de quebra do cotidiano, situações violentas que causam sofrimentos muitas vezes percebidos como repentinos e inexplicáveis, sendo resultado, entretanto, da própria violência cotidiana das sociedades. DAS, Veena. *Critical Events: an anthropological perspective on contemporary India*. New Delhi: Oxford University Press, 1995.

Por outro lado, tal presentismo, um tempo que parece mais acelerado que o ordinário e as rápidas mudanças, é uma característica que muitos autores identificam como próprio da condição pós-moderna. Trata-se de uma herança também experimentada em outros tempos, mas que possui uma atualização ao longo dos séculos XX e XXI, especialmente relacionada à globalização, ao transnacionalismo e à influência de novas tecnologias de comunicação e informação. As tecnologias, em grande medida, promoveram a ampliação vertiginosa de distintas experiências, baseadas na compressão e mobilidades do tempo-espaço (Urry, 2007). Essa condição pós-moderna seria uma forma de caracterizar algumas das mudanças econômicas baseadas em modos mais flexíveis de acumulação do capital que também fomentaram as origens do interesse acelerado pela temática do patrimônio no mundo no fim do século XX, e, portanto, ao novo relacionamento entre a materialidade/imaterialidade. Mas, certamente, o Antropoceno, pode ser tratado como o limiar de um momento ainda mais radical.⁴

AS MANEIRAS DE (RE)EXISTIR – REFLEXÕES NOS PENSAMENTOS E NAS PRÁTICAS ARQUEOLÓGICAS

Ao contrário do que as condições de isolamento social em um primeiro instante nos advertem especialmente sobre as dificuldades enfrentadas sobre a prática arqueológica – o momento da pesquisa de campo –, o isolamento traz consigo também momentos ímpares de reflexão e, fundamentalmente, de extroversão. Se existe o trabalho de campo, este é acompanhado da análise de informações ali colhidas e transformadas em conhecimento. A relação intrínseca entre essas duas etapas da prática arqueológica, ou seja, o campo e o laboratório, deve promover a relação dialógica entre achados e interpretação, entre os diversos interlocutores envolvidos, condição de encontros não fortuitos, mas promovidos pelos anseios da produção científica e da difusão de conhecimento para e com a sociedade civil.

A experiência de campo causa afetação profunda na experiência arqueológica, posto que é momento *sine qua non* que, contudo, não termina em si, posto não ser o fim, mas os meios de encontro com um aspecto vital do conhecimento arqueológico. Gera encontros, diálogos, relação com os mundos e os interlocutores, causa afetação. O momento do gabinete, da análise de dados, da escrita, por sua vez, o tempo assíncrono do reencontro, abre espaço para as idiosincrasias do campo, em uma situação que dialoga entre o geral e o específico, no qual se de-

⁴ Sublinha-se, ainda, que costumeiramente se trata de Era Moderna ou Modernidade o momento pós Iluminismo e Revolução Industrial, de modo que muitos autores têm sugerido o uso do termo pós-modernidade para definir outro período histórico, marcado pelo crescimento das tecnologias de comunicação, pelo aumento da globalização e da experiência generalizada de migração e transnacionalismo, fundamentalmente no mundo ocidental a partir das décadas de 1950 e 1960. Ferguson, Rebecca; Harrison, Rodney; Weinbren, Daniel. *Heritage and the recent and contemporary past*. In: Benton, Tim (ed.). **Understanding Heritage and Memory**. Manchester: Manchester University Press, 2010, p.278.

senha um quadro conceitual e metodológico específico de análise arqueológica, em um tempo *sui generis* de reflexão sobre o vivido.

O nosso tempo, o agora, traça um caminho que agudiza a reflexão sobre os momentos imbricados e necessários à prática arqueológica – o campo e o gabinete – talvez não somente no sentido de promover hiatos, mas de instigar a comunicação, interação e ressonância da produção intelectual em vários sentidos. Especialmente nas últimas décadas já vínhamos de uma ascensão das reflexões sobre as necessidades de tratamento dos acervos arqueológicos no sentido de promover não somente a sua preservação, mas de produzir e difundir conhecimento sobre os objetos de estudo (Akinruli; Akinruli; Guimarães, 2019).

O contexto talvez nos incentive ainda mais a efetivar ações que amplifiquem a divulgação científica, o que significa o encontro com os coletivos diversos, de forma a promover uma inteligibilidade sobre a arqueologia rumo ao enfrentamento no campo do debate público para que se torne conhecimento mais acessível a todos aqueles interessados. As disputas por grupos e sujeitos sobre as vozes que devem ser ouvidas e que têm direito à fala amplificam os questionamentos sobre as posições estratégicas que cada um ocupa nesse campo (Bourdieu, 2004). A ampliação da divulgação científica na arqueologia, momento talvez antes menos privilegiado que agora, encoraja a dilatação das audiências e a diversidade de suportes para esse fim, o que influencia na maior popularização da arqueologia para diversos públicos a partir da necessidade de se criar mecanismos para tornar-se público. Dentre as possibilidades plausíveis nessa direção estão o fomento à apropriação das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) para usos diversos, seja na docência, pesquisa e extensão (Akinruli; Akinruli; Oliveira, 2020). É, pois, momento de repensar do ponto de vista da docência sobre os currículos e estratégias de pesquis(ação) de maneira mais criativa e em diálogo com a realidade. Tais pautas estão em ocorrência simultânea aos debates sobre a profissionalização da arqueologia.

Dada a premissa do inestimável valor da vida frente a pandemia como uma situação de grande risco para a vida dos profissionais e das comunidades envolvidas nas pesquisas arqueológicas, a situação deveria marcar uma desaceleração das demandas pelos levantamentos *in loco*, mas a realidade demonstra que os tempos dos empreendimentos e empreendedores não são os mesmos que aqueles no qual o isolamento social exigiria, de modo que muitos trabalhos de contrato continuam enquanto a sociedade segue em alerta contra a disseminação do COVID-19. Outras possibilidades menos animadoras também se vislumbram neste panorama, como a celeridade dos processos e tempos necessários à Arqueologia de Contrato, que se realiza a partir da prospecção arqueológica e, portanto, no tempo do trabalho de campo. Há impactos no diagnóstico arqueológico, na ação sistemática a reconhecer o potencial arqueológico de uma área e de sua sequência de identificação e detalhamento dos sítios e vestígios arqueológicos. Se há uma diminuição de investidas em ações de pesquisas em

campo que promovam a identificação do patrimônio arqueológico, haverá também resultados negativos e em cadeia no aspecto de possibilidades de novos registros, preservação e divulgação de bens de relevância para a memória nacional. Por outro lado, impacta também em ações mais pragmáticas de educação patrimonial, nesse nível de atuação, em grande medida atualmente associadas à Arqueologia de Contrato.

Todavia, desejamos o realce da faceta da visibilidade pública da arqueologia nesse movimento mais reflexivo de ressignificação das práticas e atuação dos arqueólogos, com ampliado aporte da análise dos materiais e trabalho de laboratório, da crítica conservação arqueológica (*in situ* e *ex situ*) e maior atuação na musealização dos acervos arqueológicos mesmo que em contextos de grandes perdas pelas tragédias (Mega, 2020). Temos olhos voltados para o retorno público e inclusão social, da extroversão acompanhada de interação, de novas atitudes relacionadas à cidadania cultural. Terminamos esse breve artigo, pois, ressaltando as palavras de Boaventura Santos ao afirmar que a pandemia é uma alegoria que exprime a realidade excepcional que já estávamos imersos, contudo, com outros matizes mais trágicos (Santos, 2020).

BIBLIOGRAFIA:

AKINRULI, Luana Carla Martins Campos; AKINRULI, Samuel Ayobami; GUIMARÃES, Carlos Magno. A Tecnologia como Solução para a Organização e o Acesso à Informação? Abordagens a Partir do Banco de Dados Geoprocessados do Centro de Referência e Pesquisa em Ciências Humanas (CRPCH): um diálogo com a museologia social. In: CAMPOS, Guadalupe do Nascimento; GRANATO, Marcus (org.). **Anais do 5º Seminário Preservação de Patrimônio Arqueológico**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), p. 62-76, 2019.

AKINRULI, Luana Carla Martins Campos; AKINRULI, Samuel Ayobami; OLIVEIRA, Jorge Eremites de. Access to information and organizational memory using GIS geoprocessing methods in archeology. In: GARCÍA, Maria García; MARTÍN-PENA, Daniel (org.). **Identidade y cultura**. Creación del conocimiento – Colección Comunicación e Información Digital (vol.23). Zaragoza: Universidad Zaragoza; Ediciones Egregius, p. 35-58, 2020.

BELTRÃO, Jane Felipe. Memórias da cólera no Pará (1855 e 1991): tragédias se repetem? In: **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, vol.14 (suplemento), p.145-167, dez. 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Os Usos Sociais da Ciência**. Por uma Sociologia Clínica do Campo Científico. São Paulo: UNESP, 2004.

BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica Edidora, 2019. [2004]

CASTRO, Eduardo Viveiros de; DANOWSKI, Déborah. **Há um mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. 2ª ed. Desterro: Cultura e Barbárie; ISA, 2017.

DAS, Veena. **Critical Events: an anthropological perspective on contemporary India**. New Delhi: Oxford University Press, 1995.

FERGUSON, Rebecca; HARRISON, Rodney and WEINBREN, Daniel. Heritage and the recent and contemporary past. In: BENTON, Tim (ed.). **Understanding Heritage and Memory**. Manchester: Manchester University Press, 2010.

GUDYNAS, Eduardo. **Extractivismos: ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza**. Cochabamba: CLAES; CEDIB, 2015.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **Clima Com Cultura Científica**, ano 03, nº 05, p. 139-146, abr. 2016.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36, p. 261-273, jul.-dez. 2006.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A Queda do Céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LATOUR, Bruno. **Os Mil Nomes de Gaia: do Antropoceno à Idade da Terra**. Rio de Janeiro, set. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/osmilnomesdegaia>.

MEGA, Emiliano Rodríguez. Second Brazilian museum fire in two years reignites calls for reform. **Nature**, vol. 583, p. 175-176, jul. 2020.

PÁDUA, José Augusto. Vivendo no Antropoceno: incertezas, riscos e oportunidades. In: OLIVEIRA, Luiz Alberto (org.). **Museu do Amanhã**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 63, p.237-280, out. 2002.

SANTOS, Henrique Mendes dos. O ovo da serpente chocou? Apontamentos para a atuação docente em tempos de ofensiva conservadora. In: MARTINS, Maro Lara (org.). **Intelectuais, Cultura e Democracia**. São Paulo: PerSe, p. 373-383, 2018.

SARLO, Beatriz. **Tiempo Presente**: notas sobre el cambio de uma cultura. Buenos Aires: Siglo Veinteuno, 2001.

URRY, John. **Mobilities**. Cambridge: Polity Press, 2007.

VALÊNCIO, Norma. Dos desastres recorrentes aos desastres à espreita. In: ZHOURI, Andréa; VALÊNCIO, Norma (org.). **Formas de matar, de morrer e de resistir**: limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, p.277-316, 2014.